Madame de Sévigné leitora de Malebranche

Luiz Roberto Monzani*

Resumo: O propósito do artigo é mostrar como aparece, na correspondência entre Mme. de Sévigné e sua filha, Mme. de Grignan, o debate entre o cartesianismo e a filosofia de Malebranche, suas fontes agostinianas e jansenistas, em particular com respeito às noções de ordem moral e liberdade.

Palavras-chave: Mme. de Sévigné – Malebranche – ordem moral – liberdade – cartesianismo – agostinismo

I

A correspondência de Mme. de Sévigné (1626-1696), nós sabemos, é digna de atenção sob diversos pontos de vista. Em primeiro lugar, do ponto de vista literário, já que se trata de uma das melhores estilistas da língua francesa. Sua prosa alia, de maneira às vezes ímpar, a naturalidade e a elegância, e compreende-se perfeitamente, ao lê-la, por que é considerada uma daquelas pessoas que contribuíram para a fixação de sua língua. Sem falar de suas ousadias.

* Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH-Unicamp.

Ao lado disso, sua correspondência é uma fonte inesgotável de dados e fatos históricos e sociológicos. Não tanto quanto aos grandes fatos ou grandes eventos, mas os menores, pequenos mesmo, que articulam o dia-a-dia seja na capital, seja no interior – na medida em que alternou por várias vezes estadas em Paris e na Bretanha. Somos informados sobre os costumes, os lugares, os modos de ser, as modas ou mesmo os modismos, etc., etc. Enfim, sobre essa miríade de fatos nos quais transcorre o cotidiano das pessoas numa época da qual já não somos tão bem informados.

Aprendemos também sobre as pessoas, no seu ciclo de existência desde o nascimento – como se realizavam os partos, a condição pós-parto, etc. Sobre a educação das crianças e dos jovens, sobre o casamento, a paternidade, a maternidade, o tratamento das doenças tal como era feito na época, etc. Sobre esse último ponto basta lembrar as longas descrições que faz do seu tratamento de reumatismo em Vichy.

Essa correspondência nos ensina também, é claro, sobre o lado psicológico das pessoas: como pensavam, como reagem, como eram avaliadas em função de suas ações e reações. E sobre a moral e os costumes, e disso, pode-se dizer, a correspondência de Mme. de Sévigné é uma fonte inesgotável. Junto com outras damas da época – um pouco antes, um pouco depois – como Mme. Rambouillet, por exemplo, Mme. de Sévigné contribuiu muito, sem dúvida, no aprimoramento e sofisticação da civilidade francesa.

Essa mesma correspondência fornece ainda um retrato, bastante fiel ao que tudo indica, da vida intelectual da época, sobretudo da vida intelectual parisiense. Desde o início de sua correspondência, quando ainda assina Rabutin Chantal, ou simplesmente Rabutin, já vemos assinalado que leu “com muito prazer a décima primeira carta dos jansenistas” (I, 112)⁽¹⁾, que considera muito bela.

Essa menção às *Provinciais*, diga-se de passagem, é a primeira indicação de uma longa aproximação, cada vez maior, de Mme. de Sévigné com o grupo jansenista.

Mas as querelas teológicas nunca serão o forte de Mme. de Sévigné, que, se, por momentos, entrará nela, não será exatamente por gosto ou vocação pessoal, como veremos. Do ponto de vista intelectual, o que mais se

aprende nessa enorme correspondência (mais de 1.100 cartas) é sobre o teatro, os espetáculos, a poesia, a literatura, campos nos quais Mme. de Sévigné tinha uma sensibilidade decididamente superior.

Mas quem foi, afinal, Mme. de Sévigné? Deixando de lado o aspecto físico (os pintores mostram uma mulher passavelmente bela) e sua conduta real (sobre a qual é extremamente discreta em razão da destinatária da maioria de suas cartas), resta-nos tentar esboçar um retrato moral/intelectual.

Mme. de Sévigné pertence a uma dessas famílias nobres da França cujas origens remontam ao século XI ou XII: os Rabutin-Chantal. Seu marido, da estirpe dos Sévignés, era também de uma família cujas origens remontam a essa época. Casa-se com o Marquês de Sévigné em 1644 (com 18 anos), com o qual teve dois filhos que sobreviveram. Casamento não muito feliz, ao que tudo indica, pois, depois de um tempo, passa a viver sozinha e, em 1652, seu marido morre. Viúva aos 25 anos, leva uma vida de nobre, seja em Paris, seja na Bretanha. Mme. de Sévigné era antes, e acima de tudo, uma cristã, uma católica convicta.

Qualquer que tenha sido seu comportamento na vida real, sobre esse ponto não há a menor dúvida. Mulher extremamente culta e letrada, frequentava os salões (como o de Mme. Lafayette), quando estava em Paris, era amiga íntima de La Rochefoucauld, lia com avidez, desde os latinos até os contemporâneos. Gostava de T. Tasso, o qual lia no original e citava com frequência. Conhecia muito bem o mundo das letras, tinha bom gosto, sabia apreciar o que era bom com naturalidade. Sabia de memória passagens inteiras de Boileau, Corneille e Molière.

Cria seus filhos, e sua filha casa-se com M. de Grignan, que logo é nomeado para um posto na Provença. A já então Mme. de Grignan muda-se, então, para a Provença – deixando sua primeira filha aos cuidados de Mme. de Sévigné. É nesse momento que se inicia praticamente essa enorme correspondência de Mme. de Sévigné, pois, pelo menos 95% de suas cartas são endereçadas à sua filha. Daí também o caráter extremamente reservado dessas cartas sobre a sua vida íntima e amorosa.

II

Bem, procuremos delinear um pouco melhor o retrato intelectual de Mme. de Sévigné – mais especificamente de suas posições religiosas e morais, que é o que nos interessa aqui. Já disse, Mme. de Sévigné sempre foi uma cristã, uma católica convicta. Mas, essa pelo menos é minha impressão, de um catolicismo vago e geral, e, em função de suas freqüentes leituras, com certeza, esse catolicismo vai se, digamos assim, afunilando e tomando contornos precisos.

Nesse processo, a figura de Nicole, Pierre Nicole, me parece, foi fundamental. Mme. de Sévigné foi uma assídua leitora e estudiosa dos *Essais de morale* de Nicole, conforme eles foram aparecendo (1671-8). Nunca deixa de ser extremamente elogiosa com relação a ele, desde o início (cf. I, 173, 298, 314, 325, 331, 334, etc.). Afirma freqüentemente que ele é do mesmo estofo que Pascal (I, 298), e não se cansa de dizer também que parece que os *Essais de morale* de Nicole foram escritos para ela.

Ao que tudo indica, Mme. de Sévigné, com o decorrer dos anos, vai se aproximando cada vez mais dos jansenistas, ou, melhor dizendo, das posições jansenistas. Basta comparar, por exemplo, o texto que eu já citei, em que pela primeira vez o grupo jansenista é mencionado através de Pascal (11ª *Provincial*) – que ela considera “muito bela” (I, 112) com suas declarações posteriores – quase sempre se referindo à tríade Nicole, Arnauld, Pascal – onde se sente uma reverência (II, 231) muito forte e onde o grupo jansenista é às vezes referido como “nossos amigos”, “nossos irmãos”.

Muito possivelmente foi em decorrência dessa cada vez maior aproximação com o grupo jansenista que Mme. de Sévigné se aproxima também de Santo Agostinho, do qual começa a ler e estudar a obra. Provavelmente, dada sua imensa cultura literária, já conhecia as *Confissões* de Santo Agostinho, que cita não marcando nenhuma novidade (II, 53). Pois foi a partir de uma tradução, aparecida em 1676 de *Da predestinação dos santos e O dom da perseverança*, que Mme. de Sévigné começa verdadeiramente a se interessar por Santo Agostinho:

“Você encontrará aqui uma tradução de Santo Agostinho, *Da predestinação e O dom da perseverança*: nossos amigos [entenda-se, os jansenistas] triunfaram nessa obra; verdadeiramente, é a mais bela e a mais ousada peça que se possa ver” (II, 231).

Ela o lê, o estuda e mais: converte-se.

“Nós estamos sempre aqui nessa floresta [...]. Nós lemos Santo Agostinho e nos convertemos sobre a ‘predestinação’ e sobre a ‘perseverança’” (II, 241).

O tom continua apaixonado (II, 242) e passa mesmo a chamá-lo de “nosso pai” (II, 320), expressão importante, no contexto, como veremos. Acha Santo Agostinho “muito jansenista” (II, 734), assim como São Paulo e a essa altura está plenamente convencida da doutrina de Santo Agostinho. Um trecho de sua correspondência bem aponta isso:

“Mme. de la Sablière está nos seus Incuráveis, muito bem curada de um mal que se acreditou incurável por algum tempo [...]. Ela está nesse feliz estado; ela é devota, verdadeiramente devota, ela faz um bom uso de seu livre-arbítrio, mas não foi Deus quem a fez fazer? Não foi Deus quem a fez querer? Não foi Deus que a livrou do império do demônio? Não foi Deus que desviou seu coração? [...] Não foi Deus que lhe deu a visão e o desejo de estar com eles? [...] Se é isso que você chama livre-arbítrio, ah! Eu o quero! Nós retomamos Santo Agostinho [...]” (II, 753).

E, na página seguinte (II, 754), Mme. de Sévigné deixa ainda mais clara sua profissão de fé agostiniana. “Eu o escuto e o entendo”, quando diz que “tudo depende não daquele que quer, não daquele que corre, mas de Deus que é misericordioso a quem lhe aprouver e que nisso não vai nenhuma consideração de mérito. Deus dá a graça segundo seu bel-prazer para que o homem não se glorifique porque ele não tem nada que não tenha recebido”.

do, diz ela repetindo São Paulo. E vai mais longe: diante da questão de como Deus julgaria os homens se eles tivessem livre-arbítrio, ela avisa, francamente: não entendo, isso é um mistério.

É nesse clima espiritual que Mme. de Sévigné encontra Malebranche (1676). Salvo duas referências genéricas (II, 201 e 204), ela realmente começa a ler Malebranche, em junho de 1680. O livro de Malebranche é *Conversations chrétiennes*, livro publicado em 1677, sem o nome do autor, o que explica a aproximação que faz com a *Recherche de la vérité* sem supor, no entanto, a identidade do autor:

“Tomei as *Conversações cristãs* que são de um bom cartesiano e que sabe de cor sua *Recherche de la vérité* e que fala dessa filosofia [...]” (II, 744).

Mas, para entender bem o papel de Malebranche nessa trama, é preciso, antes de mais nada, examinar o outro lado da questão. Ou seja: a filha de Mme. de Sévigné, Mme. de Grignan. Outro lado lacunar porque não temos suas cartas, e só podemos inferir algo a partir do próprio texto de Mme. de Sévigné.

III

O fato é que, pelo que sabemos, Mme. de Grignan era também uma mulher muito culta e de muita leitura. Além de cartas, ambas, mãe e filha trocavam também livros, que comentavam, discutiam, divergiam ou convergiam. Mme. de Grignan, a certa altura da vida, que não é fácil de se precisar – mais ou menos entre 1673 e 1675 –, tornou-se uma “apaixonada cartesiana”, como diz Gerard-Gailly, o editor da *Pléiade* (II, 978). O que, diga-se de passagem, não agradava nem um pouco Mme. de Sévigné. Com relação às datas acima mencionadas, o que podemos conjecturar é o seguinte: 1) em

1671 e 1672 (I, 255, 502), Mme. de Sévigné refere-se a Descartes, mas de forma vaga, mais como quem sabe por ouvir dizer. De qualquer maneira, essa segunda carta, de 1672, já deixa claro que Mme. de Grignan andava estudando Descartes ou o cartesianismo e andava encantada com as teorias das máquinas:

“Fale [diz Mme. de Sévigné] ao Cardeal sobre suas máquinas, máquinas que amam, máquinas que têm predileção por alguém, máquinas que são ciumentas, máquinas que têm medo. Vá, vá, você está nos gozando; Descartes nunca pretendeu que acreditássemos” (I, 502).

O fato é que, com o decorrer do tempo, Mme. de Grignan vai adquirindo a reputação de ser uma autoridade em Descartes. Em 1673, um personagem um pouco obscuro, amigo de Mme. de Sévigné, diz ao Conde Bussy Rabutin que Mme. de Grignan sabe Descartes admiravelmente e que extrai algumas conseqüências dessa filosofia que os cartesianos como La Forge, no seu *Traité de l'esprit de l'homme*, também extraíram (I, 604).

Mas, numa carta, escrita de Vichy, onde está em tratamento (II, 110), Mme. de Sévigné diz que colocou na cabeça de seu médico estudar Descartes. Mas a fórmula que usa é significativa:

“Coloquei na sua cabeça de aprender a filosofia de *seu pai* Descartes” (II, 110; grifo nosso).

Certo, é bem possível que já em 1672 Mme. de Grignan fosse uma cartesiana. O importante aqui é notar que é em 1673 que Mme. de Sévigné leva a sério essa postura, usando uma fórmula (“seu pai”), que mais tarde, como já vimos, usará para explicitar sua filiação a Santo Agostinho (“nosso pai”, cf. II, 320).

Um pouco mais tarde (II, 141-42), Corbinelli e La Mousse tentam ensinar a filosofia de Descartes a Mme. de Sévigné, que se revela um pouco

renitente. Mas começa a estudá-lo, começando pelas *Paixões da alma* (e por aí parece ter ficado), ao que parece, sem o menor entusiasmo:

“Nós lemos conjuntamente tristes o pequeno livro das *Paixões*” (II, 177).

E, vez por outra, direta ou indiretamente Descartes de agora em diante comparece na correspondência (II, 181, 185, 296, 302-4). Mas seu pensamento maior é que a filha deve afastar-se de Descartes: tanto ela, quanto o irmão de Mme. de Grignan aconselham-na a dedicar-se à literatura e afastar-se de Descartes (II, 302-4).

Essa campanha, ao que tudo indica, teve pouquíssimos resultados. Pese a condenação dos oratorianos para ensinar a filosofia de Descartes, realizada pelos jesuítas (II, 419), num bilhete, Mme. de Grignan é clara:

“Vejo bem que ela [Mme. Coligny] acredita que estou fortemente engajada na seita de M. Descartes, a qual você diz que me perdeu. Não quero, entretanto, ainda, abjurá-la: acontecem revoluções em todas as opiniões, como na moda, e eu espero que as suas [de Descartes] triunfarão um dia e coroarão minha perseverança” (II, 42).

Mme. de Sévigné teve perfeita consciência disso (II, 430) e as situações assim continuavam, na medida em que Corbinelli, num bilhete, comunica a Mme. de Grignan, sobre a edição, em 1680, de um livro anticartesiano e a avisa: a Cabala está alerta! (II, 594).

Nessa altura, o tom de Mme. de Sévigné sobe: endereça uma áspera crítica a Mme. de Grignan, arguindo como a filosofia de Descartes pode explicar essa repartição de bens e males, tão incompreensível aos olhos da razão? Mas, continua, você não pode usar o conceito de mistério:

“Você não ousaria tratar de mistério inconcebível essa opinião, com seu pai Descartes [...]” (II, 722).

É preciso ler essas observações de Mme. de Sévigné tendo em mente dois pontos: trata-se de dois espíritos cristãos e católicos, mas um deles cartesiano e o outro, como já vimos, inteiramente voltado para o agostinismo.

É nesse instante e nesse contexto preciso que entra em cena nosso reverendo padre Malebranche.

IV

Retomemos o texto da Carta 670, em que Mme. de Sévigné diz estar lendo as *Conversações cristãs*. Já vimos que ela diz tratar-se de um autor, bom cartesiano, que sabe de cor a *Recherche de la vérité*. Mas a construção da frase nos dá outra informação:

“Tomei as *Conversações cristãs* que são de um bom cartesiano e que sabe de cor sua *Recherche de la vérité* e que fala dessa filosofia” (II, 744).

Nós já vimos: aparentemente Mme. de Sévigné não suspeita que se trata de dois livros do mesmo autor. Mas mais ainda: quando ela usa a expressão “sabe de cor sua *Recherche de la vérité*”, mostra, de um lado, que ela estava informada sobre o conteúdo da *Recherche*, mas, de outro lado, esse “sua” só pode referir-se à Mme. de Grignan. Mais: esse “sua”, no vocabulário de Mme. de Sévigné significa claramente que Mme. de Grignan tinha em alta conta o livro. De qualquer maneira, de agora em diante, é através de Malebranche que uma agostiniana e uma cartesiana vão conversar. Eu voltarei a tratar disso. Outra coisa digna de nota é que esse diálogo, uma parte dele – eu diria o grosso dele – se deu sob um mal-entendido. Mal-entendido, no entanto, que, para nós, será muito esclarecedor: tudo leva a crer que da Carta 670 até a 678, Mme. de Sévigné fala de Malebranche (ou do autor das *Conversações cristãs*), referindo-se às *Conversações cristãs*, en-

quanto Mme. de Grignan parece ter entendido que ela referia-se simultaneamente à *Recherche* e às *Conversações*. É só assim que eu posso entender a afirmação de Mme. de Sévigné na Carta 678, quando diz:

“Não é o livro *La recherche de la vérité* que eu leio: bom Deus! Eu não o entenderia. São as pequenas conversações que daí foram extraídas e que são explicadas [...]” (II, 772).

Tendo isso em mente, voltemos à carta 670. Mme. de Sévigné se alegra ao encontrar nesse pequeno tratado, verdades com as quais está perfeitamente de acordo, pois nele encontra “o soberano poder que Deus tem sobre nós: que vivemos, movemos e respiramos nele, como diz São Paulo (e Santo Agostinho); que é por ele que conhecemos tudo”. Mas imediatamente ajunta:

“Eu te asseguro que eu penso como nossos irmãos [entenda-se: os jansenistas] [...] enfim. Deus é onipotente e faz tudo o que quer; eu entendo isso. Ele quer nosso coração, nós não o queremos dar-lhe, eis o mistério” (II, 744).

De fato, pelo menos em parte, Mme. de Sévigné acredita que é bem melhor ter como guia o autor da *Recherche* que Descartes, pela simples razão de que nela encontra-se:

“[...] toda a filosofia de seu pai (Descartes) acomodada ao cristianismo. É a prova da existência de Deus sem o recurso da fé” (II, 749).

Se Mme. de Sévigné aconselha Malebranche à sua filha, isso não significa que tenha mudado sua posição. Continua uma estrita agostiniana, como mostra a Carta 675 (II, 754), que já comentei. De qualquer maneira, essa carta demonstra um certo interesse de Mme. de Grignan sobre Santo Agostinho, porque a profissão de fé agostiniana aí contida é precedida da seguinte afirmação:

“Nada tenho a te responder sobre o que diz Santo Agostinho, senão que eu o escuto e o entendo”.

De qualquer maneira, a brecha está aberta. Esse interesse demonstrado parece ter aberto uma estratégia – não sei se consciente ou não – por parte de Mme. de Sévigné, que consistirá, por um lado, em recomendar a leitura e o estudo de Santo Agostinho e, de outro lado, ir apontando os problemas de certas posturas de Malebranche. Assim, logo na carta seguinte (II, 757), diz que continua lendo as *Conversações* e pede à filha que “coloque o nariz no livro da *Predestinação dos santos* e no *Dom da perseverança*. Trata-se de textos curtos e resolvem tudo”.

Na verdade, o jogo de Mme. de Sévigné é sutil. Faz pequenas concessões. Depois de descrever uma experiência a que assistiu, conclui: “Isso prova sua filosofia [...], que seguramente o fogo não é quente e não nos causa o sentimento e calor a não ser segundo a disposição das partes” (II, 763). Mas, na carta seguinte, aponta aquilo que lhe parece problemático na filosofia de Malebranche:

“Entendo muito bem essas Conversações cartesianas [...]. Há uma parte na *Recherche de la vérité* contra a qual Corbinelli escreveu: nesse trecho sustenta-se que Deus nos dá um impulso para amá-lo que nós detemos e desviamos pela nossa vontade”.

Comentário de Mme. de Sévigné (fazendo eco a Corbinelli):

“É muito rude que um ser tão perfeito e, por conseguinte, onipotente, seja assim detido” (II, 768).

Na carta seguinte, ela retoma a objeção e a aprofunda:

“Eu continuo chocada com esse impulso que nós detemos. Mas se o padre Malebranche tem necessidade dessa liberdade de escolha que ele nos dá como a Adão, para justificar a justiça de Deus em

relação aos adultos, que fará ele com relação às crianças? Será necessário retornar ao óh Altitude” (II, 772).

Do ponto de vista estritamente malebranchista, como mostrou M. Gueroult (Gueroult 2, Vol. III, p. 178-9), a objeção não é exatamente pertinente. Mas não nos esqueçamos que um grande espírito como Bayle se viu diante do mesmo problema. Mas, de um ponto de vista agostiniano, a objeção é perfeitamente procedente. Se nos primeiros textos sobre a Graça, Santo Agostinho ainda concedia algo ao “*initium fidei*” e a certa predisposição preliminar, com o passar dos anos, Santo Agostinho vai endurecendo suas posições, a tal ponto que o papel do sujeito passa a ser infinitesimal. Santo Agostinho se retrata e denomina semipelagiana suas primeiras posições. De fato, parece que em vez de distinguir graça e liberdade, vontade humana e ação divina, Santo Agostinho as funde, e nessa fusão a parte de iniciativa humana fica praticamente nula (Plinval 4, p. 206). Ora, é exatamente sobre os últimos textos de Santo Agostinho que está voltada a atenção de Mme. de Sévigné (Predestinação, Perseverança), e sobre os quais ela se converte. E a observação final “será necessário retornar ao óh altitude” mostra bem que a liberdade não resolve todos os problemas. Enfim, é necessário abrir espaço para o mistério. Mistério esse que Mme. de Sévigné, em estrita ortodoxia agostiniana, estende a todo o gênero humano, e não apenas às crianças (cf. II, 754).

De alguma maneira, algum sucesso ela conseguiu, porque na Carta 680 aprendemos que Mme. de Grignan está lendo São Paulo e Santo Agostinho. E, nesse momento, coloca as cartas na mesa:

“Você lê São Paulo e Santo Agostinho. Eis bons trabalhadores para estabelecer a soberana vontade de Deus. Eles não mercadejam a ponto de dizer que Deus dispõe de suas criaturas como poteiro: ele escolhe, ele rejeita. Eles não procuram, por meio de cumprimentos, salvar sua justiça, porque não há outra justiça que sua bondade: é a justiça mesma [...] e, depois de tudo, que deve ele aos homens? O que lhes pertence? Nada” (II, 779).

Outro ponto que inquieta Mme. de Sévigné é a noção de ordem malebranchista:

“A Providência quer, portanto, a ordem; se a ordem não é outra coisa que a vontade de Deus, quase tudo se faz, portanto, contra sua vontade. Todas as perseguições que vejo contra Santo Atanásio e os ortodoxos, a prosperidade dos tiranos, tudo isso é contra a ordem e, por conseguinte contra a vontade de Deus. Mas isso não desgosta o seu padre Malebranche. Não seria melhor ele se ater ao que diz Santo Agostinho, que Deus permite todas essas coisas porque ele tira sua glória por vias que nos são desconhecidas” (II, 802).

Aqui, mais uma vez, a crítica só é pertinente de um ponto de vista estritamente agostiniano, dentro do qual ordem e natureza existem no regime da identidade. Já na perspectiva malebranchista, a questão se põe de uma maneira diferente. As leis da ordem, segundo Malebranche, são distintas das leis da Natureza. As primeiras são eternas e necessárias e as segundas são temporais e arbitrárias. Mais ainda: não só não são idênticas, como, do ponto de vista de Malebranche, elas se opõem frequentemente. Há desordem na natureza porque Deus só age segundo a vontade geral. É por isso que Malebranche pode afirmar tranqüilamente no *Tratado de moral* que “para obedecer à ordem, o homem deve entrar em conflito com a Natureza” (Malebranche 3, O.C. XI, I, p. 19-23). Isso pela pura e simples razão de que a legalidade natural para Malebranche é da ordem da grandeza e exprime-se na forma da contingência, enquanto a Ordem pertence à Razão Eterna e regula o plano do dever. Ora, é exatamente essa distinção que Santo Agostinho desconhece – nem podia conhecer – entre legalidade natural (ou lei científica) e ordem moral. Para ele tudo está no plano da ordem.

Essa querela parece se esgotar nessa época, isto é, em julho-setembro de 1680. O tema praticamente desaparece da correspondência e, se é aflorado (por exemplo, em III, 328), não é num tom polêmico. Alguém conseguiu convencer alguém nessa discussão? Aparentemente não. Mme. de Sévigné continua junto de seus irmãos jansenistas e com suas posições

agostinianas (por exemplo, em III, 490). Mme. de Grignan pode ter sido influenciada por Malebranche, mas, ao que tudo indica, continua uma cartesiana. A expressão "*vôtre père Descartes*" reaparece (III, 347, 500). Quando é publicado o livro de Huet (*Censura da filosofia cartesiana*), Corbinelli avisa: ele receberá resposta, afinal ele ousa atacar o julgamento de Monsieur le Prince, Mme. de Grignan e M. de Vardes (III, 459). Tudo isso passando-se quase dez anos depois (1689).

V

Para terminar, podemos tirar algumas lições disso tudo. Em primeiro lugar, essa querela entre Mme. de Sévigné e sua filha insere-se nesse longo e confuso diálogo entre o cartesianismo e o agostinismo que permeou o século XVII. H. Gouhier, num livro notável intitulado *Cartésianisme et agustinisme au XVII^e siècle*, estudou boa parte dessa questão (Gouhier 1). Mas, como ele mesmo avisa, preferiu ficar no período pré-malebranchista, porque segundo ele, com Malebranche abre-se um outro período dessa história. Não se trata mais, segundo ele, nem de um cartesianismo agostiniano, nem de um agostinismo cartesianizado, mas sim, de um cartesianismo e um agostinismo malebranchizados.

De qualquer maneira, é importante notar que a filosofia de Malebranche, mais, talvez, do que qualquer outra, possibilitou esse diálogo entre a nova mentalidade que nasce e outra, já antiga, mas que tem, como mais uma vez mostrou Gouhier, vários pontos de contato com essa nova. Diálogo nem sempre frutífero, como acabamos de ver, mas que, sem Malebranche, talvez nem tivesse existido.

Por outro lado, o exame desse diálogo aponta para os seus limites. Já na Carta 666 (5/1680), portanto antes do diálogo se dar sob a égide de Malebranche, Mme. de Sévigné aflora um tema que é o ponto incontornável: a absoluta disparidade da natureza, pois ora chove demais, ora a seca é inter-

minável, e tudo isso provocando a maior desordem. Nas entrelinhas, Mme. de Sévigné deixa claro seu pensamento: de um ponto de vista estritamente racional (que é o seu, Mme. de Grignan, que é o de Descartes), só resta pensar que Deus fez o mundo “sem regular tudo que aí é feito” (II, 722). A outra hipótese é admitir um mistério inconcebível (II, 722). O mundo, o universo não é inteiramente racional ou, pelo menos, não é regulado segundo o metro da razão humana. Há algo, há sempre algo que é impermeável à razão humana e que se revela como desordem aos nossos olhos: os tiranos, as enchentes, as secas. E, por isso mesmo, se quero manter a idéia de ordem, é preciso ter a humildade de reconhecer que, no limite, essa ordem está além de nossa compreensão. Não é a religião que é irracional: ela apenas aponta para esse insondável que atravessa nossas vidas e o mundo e que os filósofos teimam em explicar.

É por isso também que, por mais encantada que Mme. de Sévigné fique com as *Conversações cristãs* de Malebranche, nunca aderirá a elas. Malebranche supõe uma racionalidade total do universo e que essa racionalidade integral é captável pelo entendimento humano. Na verdade, nós sabemos pelas declarações explícitas de Malebranche que as *Conversações cristãs* foram escritas para convencer os cartesianos das verdades da religião católica. Coisa perfeitamente possível, a começar por Descartes, ele próprio. E, muitos cartesianos (reenvio outra vez a Gouhier 1), eram católicos praticantes e devotos. É perfeitamente possível mostrar a racionalidade da religião na óptica malebranchista, mas sob uma condição: de que se acredite na potência da razão. Inútil é tentar mostrar isso para alguém cujo cerne da experiência é exatamente essa incompreensibilidade. Nesse último caso só restam duas saídas: a apologia da desordem, ou a apologia de uma ordem superior ao entendimento humano.

Abstract: The aim of this article is to show how appear in the correspondence between Mme. Sévigné and his daughter, Mme. de Grignan, the discussion between Cartesianism and the Malebranche's philosophy, his Augustinian and Jansenian sources, particularly in regard to the notions of moral order and liberty.

Key-words: Mme. de Sévigné – Malebranche – moral order – liberty – Cartesianism – Augustinianism

Nota

(1) *Madame de Sévigné. Lettres. 3 vols. Paris, Pléiade, 1953-57 (Sévigné 5).* De agora em diante todas as referências dizem respeito a esta edição. O número romano indica o tomo e o arábico, a página. Os colchetes, no meio das citações, são nossos.

Referências Bibliográficas

1. GOUHIER, H. *Cartésianisme et augustinisme au XVII^e siècle*. Paris, J. Vrin, 1978.
2. GUEROULT, M. *Malebranche*. 3 vols. Tomo I: *La vie en Dieu*; Tomo II: *Les cinq abîmes de la Providence*, Vol. 1: *L'ordre et l'occasionalisme*; Tomo III: *Les cinq abîmes de la Providence*, Vol. 2: *La nature et la grâce*. Paris, Aubier-Montaigne, 1955-59.
3. MALEBRANCHE, N. *Traité de morale*. Ed. por M. Adam. In: *Œuvres complètes*. Vol. XI. Publ. sob a dir. de A. Robinet. Paris, CNRS/J. Vrin, 1958-67.
4. PLINVAL, G. de. *Pour connaître la pensée de Saint Augustin*. Paris, Bordas, 1954.
5. SÉVIGNÉ, M. de. *Lettres*. 3 vols. Ed. por Gerard-Gailly. Paris, Pléiade, 1953-57.